

**A EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA REVISTA “CULTURA POLÍTICA”:
Breves considerações sobre o discurso oficial do primeiro ano da participação
do Brasil na II Guerra Mundial**

Fernanda Bonet¹

Resumo: O Estado Novo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda, desenvolveu inúmeros instrumentos de comunicação visando propagar os valores e os ideais do regime. A revista “Cultura Política” foi uma dessas ferramentas, sendo seu objetivo a produção do discurso, servindo como ponto de referência para intelectuais incumbidos de divulgar o regime e para o corpo burocrático do Governo, pois nela encontrava-se as justificativas dos planos e ações do Estado nos diversos setores. Em 22 de agosto de 1943 foi lançado o número 31 da revista “Cultura Política”, uma edição extraordinária sobre “O Brasil na Guerra” que marcava o primeiro aniversário da entrada do país no conflito mundial. No presente trabalho, pretendo apresentar esta edição e apontar algumas ideias constantes nos artigos que formaram o discurso do governo sobre o primeiro ano de participação do Brasil na II Guerra Mundial.

Palavras-chave: Estado Novo; II Guerra Mundial; Cultura Política

Résumé: Le « Estado Novo », à travers le Département de Presse et de Publicité, a développé plusieurs instruments de communication pour propager les valeurs e les idéaux du régime, comme par exemple la revue « Cultura Política ». Cet outil de communication avait comme objectif la production du discours et a servi comme point de repère pour les intellectuels qui devaient diffuser le régime et pour le corps bureaucratique du gouvernement, car elle contenait les justifications des plans et des actions de l’État dans plusieurs départements. Le 22 août 1943 a été publié le numéro 31 de la revue « Cultua Política », une édition extraordinaire sur « Le Brésil dans la Guerre » qui signalait le premier anniversaire de l’entrée du pays dans le conflit mondial. Dans ce travail je prétends présenter cette édition et montrer quelques idées qui sont dans les articles et qui ont constitué le discours du gouvernement sur la première année de la participation du Brésil dans la Deuxième Guerre Mondiale.

Mots-cle : « Estado Novo » ; Deuxième Guerre Mondiale ; « Cultura Política »

A revista “Cultura Política”, fonte para a realização desta pesquisa, foi editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, na seção Imprensa, de acordo com o objetivo de editar materiais que transmitissem as ideias e os valores do Estado Novo. Conforme coloca Gomes (1999: 127), “a revista nascia como a voz oficial da proposta estado-novista”.

Publicada mensalmente, entre os anos de 1941 e 1945, era vendida nas bancas de revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo (VELLOSO, 1982), estando disponível também para assinatura, conforme informação contida na folha de rosto da revista. Durante

¹ Aluna mestranda do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes.

todo seu período de existência, Almir de Andrade foi quem a dirigiu, tendo sido escolhido diretamente pelo presidente para essa atribuição.

Segundo o próprio Almir de Andrade, no editorial de abertura, a revista tinha duas missões fundamentais como prestadora de serviços ao Brasil. A ela cabia definir e esclarecer, para um grande público, o curso das transformações que se vinham processando na política, na economia, nas artes, nas letras, nas ciências etc., e debater constantemente os valores que orientavam tais mudanças. Nesse sentido Cultura Política propunha-se ser um órgão informativo de amplo espectro, combinando tal tarefa com a preocupação explícita de formar consciências em apoio aos ideais do Estado Novo, que eram em sua ótica, os ideais da nacionalidade brasileira (GOMES, 1999 : 127-128).

A delimitação das missões do periódico definiu a forma como este se estruturou. A revista foi dividida em seções precedidas por uma nota introdutória, que explicava o assunto desenvolvido e fornecia uma breve bibliografia do autor (ou autores) que assinava a matéria. O número de páginas oscilava entre 150 e 400. De acordo com a verificação de Gomes (1999), a revista tem duas fases: a primeira, onde a estrutura das seis seções é fixa, vai de março de 1941 a maio de 1942, ou seja, da sua criação até quando Lourival Fontes deixa a direção do DIP (primeiros 15 números). A segunda, após a posse do major Coelho dos Reis no departamento e do Brasil declarar guerra contra Alemanha e Itália, apresenta o perfil e o objetivo alterado: as seções deixam de ter um número fixo e passam a receber grande colaboração de militares e de profissionais com formação técnica; a revista passa a visar à conscientização e mobilização da sociedade brasileira para a II Guerra Mundial; “o desenvolvimento e à difusão de uma ‘cultura militar’, voltada para a ‘segurança da pátria’ e destinada a garantir a ‘defesa nacional” (GOMES, 1999: 130).

Velloso (1982) destaca, ainda, que os funcionários e colaboradores eram bem remunerados, recebendo o dobro, normalmente, do que os profissionais das outras publicações. Esse quadro de colaboradores era diversificado, embora quem desse as direções dos discursos eram intelectuais de renome ligados diretamente ao aparelho do Estado.

A revista “Cultura Política”, portanto, foi “a de maior fôlego, reunindo em número significativo a nata da intelectualidade oficial” (GOULART, 1990: 89), voltada diretamente para a produção do discurso, servindo como ponto de referência para intelectuais incumbidos de divulgar o regime e para o corpo burocrático do Governo, que encontrava nela as justificativas dos planos e ações do Estado nos diversos setores. Visava informar, assim, a elite intelectualizada, que a estudava sistematicamente.

Em 22 de agosto de 1943 foi lançado o número 31 da revista “Cultura Política”, uma edição especial sobre “O Brasil na Guerra”, conforme indica seu subtítulo. Este

número está dividido em onze seções: editorial, “O Brasil na Guerra”, “A atitude do Presidente e a Guerra”, “Política internacional do Brasil”, “Economia de Guerra”, “As Forças Armadas do Brasil e a Guerra I) A Marinha”, As Forças Armadas do Brasil e a Guerra II) O Exército”, As Forças Armadas do Brasil e a Guerra III) A Aviação”, “A mobilização para a Guerra”, “Outras Guerras do Brasil: História, Literatura e Documentos” e “Contribuição do Brasil para a paz: Trabalho, Segurança e Justiça Social”. Antes de cada uma dessas seções foi publicado um parágrafo com dizeres de Getúlio Vargas que se relacionam com o tema abordado logo em seguida pela revista.

Dos 36 artigos que compõem esta edição oito são apresentados como “Reportagens Especiais de Cultura Política”, não sendo assinados; dois são “Entrevistas de Cultura Política”; três são reproduções de documentos históricos na íntegra; nove são escritos por militares (nas seções “As Forças Armadas do Brasil e a Guerra” e “A mobilização para a Guerra”); um pelo embaixador dos Estados Unidos e 13 por “especialistas” no assunto em questão (escritor e historiador; funcionários do ministério das relações exteriores; funcionários do Banco do Brasil; técnico em finanças do DASP; professor de biologia; professor da faculdade de medicina; conservador do Museu Nacional de Belas Artes; professor de história; escritor, jornalista e crítico literário; professor de direito, escritor e sociólogo; e funcionário do Instituto de Aposentadoria e pensões). Desse total de textos publicados quatro não são inéditos, pois já haviam sido publicados nesse periódico ao longo de 1942.

A partir da leitura dos textos dessa edição extraordinária da revista “Cultura Política”, foi possível apontar algumas questões que, ao aparecerem diversas vezes nesta edição, formam o discurso do governo sobre o primeiro ano de participação do Brasil na II Guerra Mundial.

Quando se fala em política externa brasileira, ela é apresentada como coerente e com tradição pan-americana. Os textos sobre esse assunto relatam os encontros pan-americanos e as resoluções, dando destaque ao papel da diplomacia do Brasil nestas ocasiões. Segundo Jaime de Barros (1943: 76): “A diplomacia brasileira descortinou longe a tempestade, e, nas flutuações das correntes e dos ventos, nos azares da guerra, foi a luz que não mudou, não se apagou, não temeu, indicando o rumo certo ao Brasil”. Em outro artigo apresentado como “reportagem especial de Cultura Política”, destaca-se o esforço em demonstrar essa coerência do Brasil em sua política externa e no apoio aos EUA: “Todos esses fatos revelam que a nossa solidariedade com os Estados Unidos não se apóia apenas num inocente jogo diplomático. Realizamos, em cento e vinte e cinco anos, uma política de

objetivos claros, honesta e íntegra, para os benefícios da paz e os riscos da guerra” (Cultura Política, 1943: 84). Devido a essa coerência de sua política externa, segundo os artigos publicados, o Brasil teria papel de relevância na reconstrução do mundo no pós-guerra, colaborando com a renovação da ordem política e econômica. Assim, não havia dúvida do futuro grandioso que o país teria no cenário mundial, consequência dessa forma de organização do governo e da sociedade – o Estado Nacional.

O argumento da tradicional política externa brasileira está geralmente acompanhado das afirmações de que o Brasil é um país pacífico, arrastado para as guerras com o objetivo de se defender, assim, os textos narram os acontecimentos que levaram o Brasil à guerra, mais especificamente, os casos de afundamento dos navios brasileiros. Em alguns dos artigos é contada a história de outras guerras que o Brasil participou, principalmente a I Guerra Mundial, para reforçar o argumento de que o país é sempre arrastado para as guerras e nunca inicia uma.

As reações populares contra os afundamentos dos navios brasileiros são apresentadas como demonstração de patriotismo ocorridas de forma homogênea em todo o país, mas não falam de casos específicos e não relatam as agressões e depredações sofridas pelos descendentes ou imigrantes alemães e italianos: “uma só, porém gigantesca, onda de revoltas apoderou-se dos espíritos, levando para a praça pública populações inteiras, que, em passeatas e discursos, pleno do mais puro entusiasmo cívico, externavam seu apoio ao Governo, vivendo ao Brasil e às Nações Unidas” (FRIEDRICH, 1943: 205). Dessa forma, a decisão do governo de declarar guerra é transcrita como a sanção da vontade do povo. Com isso desenvolve-se o argumento de que o governo estava identificado com o povo, e, por conseguinte, o exército também estava identificado com a vontade do povo: “Nesta hora grave de nossa nacionalidade o Exército confunde-se com o povo, ambos partilhando as mesmas emoções, ambos arrebatados na mesma intensidade e pura vibração de um patriotismo sincero e profundo” (Cultura Política, 1943: 29). Getúlio Vargas, por sua vez, era apresentado como o intérprete da consciência nacional: “Agindo de acordo com a tradição histórica, a coerência política e as aspirações contemporâneas do povo brasileiro, o presidente Getúlio Vargas aceitou a guerra que lhe era imposta pelos inimigos da civilização. A atitude política do presidente era a continuação da coerência histórica do Brasil” (PEIXOTO, 1943: 61).

O sacrifício, a união nacional e a cooperação de toda a população em função da “guerra total”, são conceitos desenvolvidos para demonstrar o que o povo teria que fazer, ou já estaria fazendo, para ajudar o país a vencer a guerra. Pois, segundo os artigos da revista,

se o povo havia solicitado a entrada do Brasil na Guerra e o governo havia atendido, agora era o momento do povo responder ao pedido de auxílio do governo para que a reação brasileira às ofensas fosse a altura. “Existe, generalizada, a firme compreensão de que precisamos nos unir, esquecer divergências e particularismos para só cuidarmos dos objetivos supremos da defesa da pátria” (Cultura Política, 1943: 31). Assim, observamos o discurso da união nacional e do nacionalismo como sinônimo de sacrifício pela pátria: “A hora é de fadigas e sacrifícios, de desprendimento e ardor patriótico. E o governo é o primeiro a dar o exemplo, desenvolvendo extraordinária atividade e mantendo-se em constante vigília” (Cultura Política, 1943: 32).

O artigo “Crônica do Brasil na guerra – de agosto de 1942 à agosto de 1943” apresenta de forma mais específica exemplos desses discursos, relatando as ações do governo na área econômica; a mobilização dos operários; o esforço da indústria naval nacional; e a presença de todos os reservistas convocados nos postos de apresentação e do grande número de voluntários, destacando a “atmosfera de entusiasmo e ardor cívico, numa prova bem evidente de perfeita união entre os brasileiros, disciplinados e coesos até as perspectivas do momento” (op.cit. : 40).

A “guerra total” e a preparação da população civil para o estado de guerra são assuntos que também perpassam os artigos desta edição. Seja explicitamente, como nos textos “Preparação moral e econômica para a guerra” “Seleção e Preparação do material humano para a guerra” onde é desenvolvida a ideia da necessidade da preparação da população civil para a guerra através da preparação moral e econômica, além da importância da boa alimentação, logo, a união das forças produtivas do país e o sacrifício de todos como fundamentais para se vencer a guerra, seja implicitamente, quando são apresentadas ao leitor as ações da ciência (principalmente da nutrição) no preparo do ser humano para a guerra e para a paz; e o papel da mulher, do pescador, das escolas, da imprensa, da polícia civil e das artes plásticas, em tempo de guerra.

Assim, por exemplo, o pescador deveria trabalhar para a defesa do litoral e da unidade territorial, missão que, segundo o texto, estes trabalhadores já desenvolviam desde antes da independência do Brasil. A mulher deveria exercer o patriotismo saudável através da solidariedade, e, para tal, apresenta as instituições em que ela pode ser útil – LBA e Cruz Vermelha – e as ações já desenvolvidas por estas organizações. A escola e a imprensa, por sua vez, deveriam preparar efetivamente a população para se defender através da realização de cursos de defesa passiva e de defesa antiaérea, além de mostrar como cada um poderia colaborar com os esforços de guerra. Para tal, deveriam desenvolver campanhas de

arrecadação do material necessário ou estimular ações que contribuíssem para a economia de guerra.

O discurso do nacionalismo ou patriotismo diretamente relacionado com o sacrifício pela nação também está atrelado aos textos sobre economia de guerra. Discurso esse que, ao apresentar de forma positiva tudo o que o governo vem fazendo, personificando esse esforço na figura de Getúlio Vargas, coloca as obrigações de cada brasileiro para se tornar um cidadão patriota. O interessante é que não é um discurso que cobra uma ação do povo, mas que agradece o que a população supostamente já vinha fazendo. Além disso, todas as conclusões apresentadas são baseadas em números, tabelas ou justificadas por métodos estadunidenses, ou seja, há o uso do discurso técnico-científico para legitimar os dados apresentados.

Com relação às forças armadas, os artigos demonstram a importância e a eficiência destas instituições para a defesa do Brasil e apontam maneiras de melhorá-las; elogiam o Estado Novo e seus feitos a favor destas entidades; e reproduzem argumentos pan-americanos e de apoio aos EUA. A sustentação da importância das Forças Armadas acontece, em um dos textos, com a citação de elogios do comandante da divisão naval estadunidense à marinha brasileira e aos esforços de guerra do país:

(...) o comandante da Divisão Naval norte-americana, destacada nas águas do nordeste e leste do Brasil, tem timbrado em exaltar a ação da Marinha de guerra brasileira, apreciando-se sob todos os aspectos, para implicitamente concluir, entre louvores irrestritos, que o aliado sul-americano da América do Norte, na guerra contemporânea, é precioso na luta, além de ser precioso o seu território (...) (COSTA, 1943: 169).

Por fim, a questão da contribuição do Brasil no pós-guerra aparece ao longo da revista, mas está concentrada na última seção onde se propõe que a contribuição que o Brasil poderia dar para a paz é a criação e a implementação das leis trabalhistas e da justiça social, conforme fica evidente no seu título: “A contribuição do Brasil para a paz: trabalho segurança e justiça social”. De acordo com os textos, com a legislação social se obteria a pacificação da sociedade. Além disso, os feitos do Estado Nacional na área social anteciparam o que estava sendo planejado para ser feito na Inglaterra, sendo assim, o Brasil já estaria de acordo com as bases do mundo no pós-guerra.

Com isso, percebemos o reforço do argumento de que o Brasil estava em sintonia com as resoluções das nações aliadas para o pós-guerra, e, conseqüentemente, a certeza de que o país teria uma posição de destaque na reconstrução do mundo. Dois assuntos apresentados ao longo de diversos artigos desta edição.

REFERÊNCIAS

Cultura Política: O Brasil na Guerra - edição extraordinária:

A política do Brasil com os Estado Unidos (Reportagem especial de Cultura Política). In: **Cultura Política: O Brasil na Guerra** - edição extraordinária. DIP: Rio de Janeiro. 1943, ano III, nº 31. p. 77 – 84.

Crônica do Brasil na guerra – de agosto de 1942 à agosto de 1943 (reportagem especial de Cultura Política). In: **Cultura Política: O Brasil na Guerra** - edição extraordinária. DIP: Rio de Janeiro. 1943, ano III, nº 31. p. 27- 47.

BARROS, Jaime. A diplomacia brasileira e a guerra. In: **Cultura Política: O Brasil na Guerra** - edição extraordinária. DIP: Rio de Janeiro. 1943, ano III, nº 31. p. 65-76.

COSTA, Dídio Iratim Afonso da (Capitão de Mar e Guerra). O Brasil em guerra e a ação da marinha nacional. In: **Cultura Política: O Brasil na Guerra** - edição extraordinária. DIP: Rio de Janeiro. 1943, ano III, nº 31. p.159-169.

FRIEDRICH, Liberato da Cunha (Capitão do exército). O exército e a guerra. In: **Cultura Política: O Brasil na Guerra** - edição extraordinária. DIP: Rio de Janeiro. 1943, ano III, nº 31. p.205 - 209.

PEIXOTO, Silvio. A coerência histórica de uma atitude política. In: **Cultura Política: O Brasil na Guerra** - edição extraordinária. DIP: Rio de Janeiro. 1943, ano III, nº 31. p. 51 - 61.

GOMES, A. M. C. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. 175p.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 72-108,1982.